



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO TRABALHO DE BAGÉ EM 29.09.2016

Aos 29 dias do mês de setembro de 2016, compareceu à sede da 1ª Vara do Trabalho de Bagé o Excelentíssimo Senhor MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0005344-67.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Juíza Substituta Marcelle Cruz Lanot Antoniazzi, pela Diretora de Secretaria Lucia Helena Saliba e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 06.08.1965

Data da última correição realizada: 16.09.2015

Data de Implantação do PJe: 16.04.2015

Jurisdição: Aceguá, Bagé, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul, Pedras Altas, Pinheiro Machado

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 29.09.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

1.2 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

	Situação	Período
Eliane Covolo Melgarejo	Juíza Titular	Desde 23.05.2016
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	Juíza Substituta lotada	Desde 08.04.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 27.09.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a 1ª Vara do Trabalho de Bagé pertence à 50ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Desde 18 de julho de 2016 foi instituída a modalidade de lotação plúrima na 1ª Vara do Trabalho de Bagé, com vagas ocupadas pela Juíza Titular Eliane Covolo Melgarejo e pela Juíza do



Trabalho Substituta Marcele Cruz Lanot Antoniazzi, de forma compartilhada com a 2ª Vara.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

Juiz (a)		Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Luis Ulysses do Amaral de Pauli	09.05.13 a 07.07.15	Juiz Titular	02 anos, 01 mês e 29 dias
		08.07 a 15.07.15	– Atuou em razão da titularidade da Unidade Judiciária encontrar-se vaga (Já removido para a 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha).	08 dias
2	Carlos Alberto Zogbi Lontra	01.09.15 a 03.12.15	Juiz Titular	03 meses e 03 dias
3	Rozi Engelke	03.02 a 17.04.16	Juíza Titular	02 meses e 15 dias
4	Eliane Covolo Melgarejo	Desde 23.05.16	Juíza Titular	04 meses e 07 dias
5	Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	Desde 08.04.2013	Juíza Substituta lotada	03 anos, 05 meses e 22 dias
		17.08 a 31.08.15	Atuou em razão da titularidade da Unidade Judiciária encontrar-se vaga	15 dias
		01.09 a 02.09	Atuou em razão da atuação do Juiz Titular no JACEP	02 dias
		03.09 a 05.09.15	Atuou em razão do afastamento do Juiz Titular – PA 0003529-69.2015.5.04.0000	03 dias
		06.09 a 03.11.15	Atuou em razão da titularidade da Unidade Judiciária encontrar-se vaga	01 mês e 28 dias
		04.11 a 06.11.15	Atuou em razão do do afastamento do Juiz Titular – PA 0006909-03.2015.5.04.0000	03 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		07.11 a 23.11.15	Atuou em razão da atuação do Juiz Titular no JACEP	17 dias
		24.11 e 25.11.15	Atuou em razão do afastamento do Juiz Titular – PA 0007370-72.2015.5.04.0000	02 dias
		26.11 e 27.11.15	Atuou em razão do afastamento do Juiz Titular – PA 0007299-70.2015.5.04.0000	02 dias
		28.11 a 03.12.15	Atuou em razão da atuação do Juiz Titular no JACEP	06 dias
		04.12 a 19.12.15	Atuou em razão da titularidade da Unidade Judiciária encontrar-se vaga	16 dias
		20.12.15 a 06.01.16	Atuou em razão da titularidade da Unidade Judiciária encontrar-se vaga	18 dias
		07.01 a 02.02.16	Atuou em razão da titularidade da Unidade Judiciária encontrar-se vaga	27 dias
		03.02 a 09.02.2016	Atuou em razão da Juíza Titular encontrar-se afastada, proferindo decisão em processos redistribuídos pela Corregedoria Regional	07 dias
		18.04 a 22.05.16	Atuou em razão da titularidade da Unidade Judiciária encontrar-se vaga	01 mês e 05 dias
		11.07 a 17.07.16	Atuou em razão de licença para tratamento de saúde da Juíza Titular	07 dias
		05.09 a 04.10.16	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	30 dias
6	André Vasconcellos Vieira (Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Bagé)	07.01 a 05.02.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta J1)	30 dias
		20.07 a 14.08.15	Atuou em razão da titularidade da Unidade Judiciária encontrar-se vaga (sem pauta J1)	26 dias



7	Jorge Fernando Xavier de Lima (Juiz do Trabalho Substituto)	17.08 a 22.11.15	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	03 meses e 06 dias
		18.04 a 24.04.16	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	07 dias
		18.07 a 16.08.16	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença para tratamento de saúde	30 dias
		19.09 a 04.10.16	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	16 dias
8	Roberta Testani (Juíza do Trabalho Substituta)	23.11 a 18.12.15	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	26 dias
9	Felipe Lopes Soares (Juiz do Trabalho Substituto)	10.02 a 10.03.16	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	30 dias
		27.04 a 25.05.16	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	29 dias
10	Bárbara Fagundes (Juíza do Trabalho Substituta)	25.04 a 26.04.16	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	02 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 27.09.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juizes Titulares e dos Juizes Substitutos Lotados durante o Período Correcionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total em Dias
Titular (De 09.05.13 a 07.07.15)	Luis Ulysses do Amaral de Pauli	Férias	07.01 a 05.02.15	30
Titular (De 01.09.15 a 03.12.15)	Carlos Alberto Zogbi Lontra	Afastamento para atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – JACEP	01.09 a 02.09.15	02
		Afastamento conforme PA 0003529-69.2015.5.04.000	03.09 a 05.09.15	03
		Afastamento para atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – JACEP	06.09 a 03.11.15	59



		Afastamento conforme PA 0006909-03.2015.5.04.0000	04.11 a 06.11.15	03
		Afastamento para atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – JACEP	07.11 a 23.11.15	17
		Afastamento conforme PA 0007370-72.2015.5.04.0000	24.11 a 25.11.15	02
		Afastamento conforme PA 0007299-70.2015.5.04.0000	26.11 a 27.11.15	02
		Afastamento para atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – JACEP	28.11 a 03.12.15	06
Titular (De 03.02.16 a 17.04.16)	Rozi Engelke	Afastada para proferir decisão em processos redistribuídos pela Corregedoria Regional	03.02 a 09.02.16	07
		Férias	10.02 a 10.03.16	30
Titular (Desde 23.05.16)	Eliane Covolo Melgarejo	Licença para tratamento de saúde – LTS	11.07 a 04.09.16	56
		Férias	05.09 a 04.10.16	30
Substituta Lotada	Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	Férias	07.01 a 05.02.15	30
		Férias	16.07 a 15.08.15	31
		Férias	10.02 a 10.03.16	30
		Férias	18.07 a 16.08.16	30

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 27.09.2016)

1.3 SERVIDORES

2.2.1 Servidores lotados

Considerando o que consta no Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado.

Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relotados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista com mais de uma Unidade Judiciária, foram distribuídos proporcionalmente entre as Varas pertencentes àquele Foro. Desta forma, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Vara que estarão à disposição da unidade vinculada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Apresenta-se na tabela a seguir a lista de pessoal lotado na 1ª Vara do Trabalho de Bagé e do pessoal colocado à disposição do Posto Avançado de Dom Pedrito.

Servidores lotados na 1ª Vara do Trabalho de Bagé				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Lucia Helena Saliba*	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretora de Secretaria (CJ3)	10.09.15
2	Denise Schneider Teixeira Bortolanza	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	01.07.16
3	Zaida Cristina Silva Nunes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretora de Secretaria (FC04)	07.01.04
4	Luciane Bandeira Pereira	Analista Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	02.06.03
5	Giancarlo Teixeira Da Rosa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	16.07.01
6	Ivanize Pinheiro Tonollier Paulo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	09.11.05
7	Rossano Rodrigues De Lima	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	19.04.04
8	Cristiane Di Bernardi Luft	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	03.05.07
9	Gislaine Quintana Wolter Martel	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	05.03.91
10	Roberta Duarte Ferreira Machado	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	06.12.10
11	Rory Alexander Munoz Fernandez	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	31.10.05
12	Sandro Moraes Garcia	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	23.03.07

*A servidora Lucia Helena Saliba já esteve lotada na Unidade correccionada no período de 10.08.1993 a 11.03.1998 e ocupou a função de Assistente de Diretor de Secretaria FC02. Igualmente, esteve lotada no período de 16.01.2004 a 09.06.2013 e ocupou a função de Diretora de Secretaria CJ03.

Servidores lotados na 1ª Vara do Trabalho de Bagé à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na



				Unidade Judiciária
1	Eberton Luiz Silveira Garcia	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	10.05.2007
2	Fernanda Antunes Vidal	Analista Judiciário - Área Judiciária	Secretária de Audiência (FC03)	10.10.2011

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.279 processos	1.001 a 1.500	14 servidores: 12 na 1ª VT de Bagé 2 no PAJT D.Pedrito	11 a 12 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 1ª Vara do Trabalho de Bagé está **de acordo** com os parâmetros previstos nas referidas normas tendo em vista que 02 servidores estão à disposição do posto de Dom Pedrito.

Há que se ressaltar, no entanto: a) diante da publicação recente do Provimento CGJT nº 02/2015 determinando a relocação de servidores dos Postos Avançados nas Varas Trabalhistas da respectiva circunscrição e b) do conseqüente e necessário retorno dos processos então distribuídos aos Postos Avançados para as respectivas Varas - que as faixas processuais e a adequação de lotação das Unidades Judiciárias constantes da Resolução CSJT nº 63/2010 e alterações posteriores, carecerão de análise. Nesse sentido, visando fazer frente aos dados administrativos e judiciários advindos da tomada em conjunto de informações a partir do momento presente, buscar-se-á ajustar o



dimensionamento da estrutura de pessoal à nova realidade imposta pela concentração de registro dos processos trabalhistas em Varas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidores lotados na 1ª Vara do Trabalho de Bagé			
Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Lucia Helena Saliba Desde 10.09.15*	Curso ou Evento (CURS)	02	21
	Curso Parcial	02	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	17	
Denise Schneider Teixeira Bortolanza Desde 01.07.16*	-	-	-
Zaida Cristina Silva Nunes	Curso ou Evento (CURS)	06	06
Luciane Bandeira Pereira	Curso ou Evento (CURS)	01	38
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	37	
Giancarlo Teixeira Da Rosa	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	85	85
Ivanize Pinheiro Tonollier Paulo	Curso ou Evento (CURS)	01	02
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	
Rossano Rodrigues De Lima	Licença-Paternidade (PAT)	05	05
Cristiane Di Bernardi Luft	Curso ou Evento (CURS)	02	182
	Licença-Gestante (LG)	120	
	Licença-Gestante Prorrogação (LG)	60	
Gislaine Quintana Wolter Martel	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	04	04
Roberta Duarte Ferreira Machado	Curso ou Evento (CURS)	01	04
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	0	
Rory Alexander Munoz Fernandez	-	-	-
Sandro Moraes Garcia	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 13.09.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.



Servidores lotados na 1ª Vara do Trabalho de Bagé à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito			
Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Eberton Luiz Silveira Garcia	Curso ou Evento (CURS)	05	05
Fernanda Antunes Vidal	Curso ou Evento (CURS)	01	40
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	39	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 13.09.2016)

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. Na vara do trabalho inspecionada, a partir de 17.06.2015, houve limitação de expediente externo ao horário das 10h às 14h e interno ao horário das 10h às 18h, mantidos os prazos processuais e a realização de audiências, conforme a Portaria Conjunta nº 03/2015 do Foro Trabalhista de Bagé, 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Bagé, expedida pelo Juiz Diretor do Foro Trabalhista de Bagé, Luis Ulysses do Amaral de Pauli. Especificamente no dia 30.06.2015, houve a suspensão: das atividades regulares de atendimento externo ao público, dos prazos nos processos físicos e das audiências designadas, observadas as questões de urgência mediante o acionamento do serviço de plantão, conforme a Portaria Conjunta nº 04/2015, da Direção do Foro Trabalhista de Bagé, 1ª e 2ª Varas do Trabalho, expedida pelo Juiz Diretor do Foro, Luis Ulysses do Amaral de Pauli. Ainda, especificamente nos dias 08 e 09 de julho, houve a suspensão das atividades regulares de atendimento externo e dos prazos nos processos físicos, observadas as questões de urgência mediante o acionamento do serviço de plantão, conforme a Portaria Conjunta nº 05/2015, da Direção do Foro Trabalhista de Bagé, 1ª e 2ª Varas do Trabalho, expedida pelo Juiz Diretor do Foro, Luis Ulysses do Amaral de Pauli.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1 Carolina Basilio Santos	17.03.2016	03.05.2016	01 mês e 17 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Bagé – Assistente de Juiz Titular (FC05)



2	Delmar Silva Dos Santos	20.05.2013	09.07.2015	02 anos, 01 mês e 20 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha – Diretor de Secretaria CJ03
3	Juan Nunes Machado	21.09.1998	14.08.2016	17 anos, 10 meses e 24 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Santana do Livramento – Assistente (FC02)
4	Maria Teresinha Talini Baggio	10.06.2013	16.07.2015	02 anos, 01 mês e 07 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha – Assistente de Juiz Titular (FC05)
5	Neusa Leoni Teixeira Berthuline*	06.11.2012	02.08.2015	02 anos, 08 meses e 27 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha – Assistente (FC02)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 13.09.2016)

* A servidora ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Karine Batista Vaz	Superior em Direito	01.09.2016 a 28.02.2017

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 13.09.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL*

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 1ª Vara do Trabalho de Bagé foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.001 a 1.500 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1001 a 1500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada - 01a Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé – 01ª Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00
Bagé - 02a Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00
Cachoeirinha - 01a Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 02a Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 01a Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 01a Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 02a Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00
Canoas - 03a Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 04a Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 01a Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 06a Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 01a Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 01a Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 01a Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 02a Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 01a Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 02a Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 03a Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 04a Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 01a Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 01a Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 02a Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 01a Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 01a Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 02a Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 03a Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 04a Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 05a Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Palmeira das Missões - 01a Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 01a Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 02a Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 03a Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 04a Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 01a Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 02a Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33
Pelotas - 03a Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 04a Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18a Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 01a Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 02a Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 01a Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 02a Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 01a Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 01a Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 01a Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 02a Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga - 03a Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 01a Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 02a Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara - 03a Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 04a Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 01a Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 01a Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 02a Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00
Unidades com 1.001 a 1.500 processos por ano	69.303	72.293	74.266	1.284,89

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015- 2016
----------	------	------	-----------------------	---------------------	---------------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.887	2.106	11,61%	2.102	-0,19%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	447	414	-7,38%	340	-17,87%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.849	1.899	2,70%	2.039	7,37%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	47	32	-31,91%	34	6,25%
Total	4.230	4.451	5,22%	4.515	1,44%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

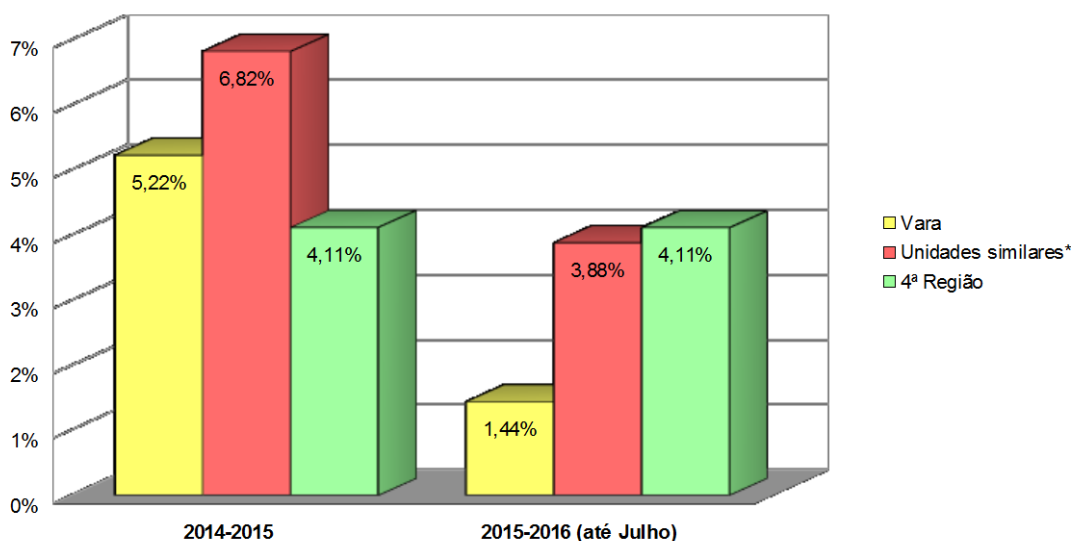
**** Constam nesse quadro os dados da 1ª Vara do Trabalho de Bagé e 50% da movimentação do PAJT de Dom Pedrito.

No ano de 2015, houve elevação de 5,22% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 219 processos); por sua vez, o acervo de liquidação foi o único que registrou queda (33 processos, o que importa em um decréscimo de 7,38%) no período sob análise. A variação do acervo de processos na 1ª Vara do Trabalho de Bagé em 2015 foi inferior ao resultado apresentado pelas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, que apresentou crescimento de 6,82%, mas superou a média de toda 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 4,11% dos processos em tramitação.

Ademais, no período de janeiro a julho de 2016, o estoque de processos tramitando avançou 1,44%, índice abaixo da média das Unidades com tramitação processual similar e da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Pendentes de solução do período anterior	698	780	11,75%	839	7,56%
Casos novos	1.354	1.222	-9,75%	607	-50,33%
Sentenças anuladas/reformadas	21	7	-66,67%	1	-85,71%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.284	1.165	-9,27%	566	-51,42%
Processos pendentes de solução	780	839	7,56%	869	3,58%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

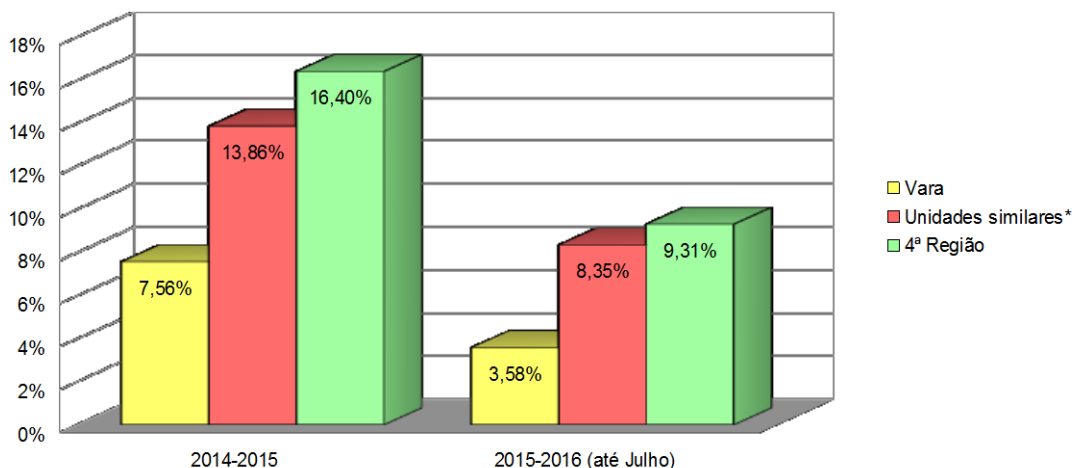
No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 7,56% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 780 para 839 processos). Referido aumento foi inferior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 13,86% em seus processos pendentes) e à média de todo o regional (em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para esse incremento no estoque da Unidade foi o aumento no número de processos pendentes do período anterior: 698 em janeiro de 2014 e 780 em janeiro de 2015.

Outrossim, os dados dos sete primeiros meses de 2016 apontam um aumento de 3,58% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice foi inferior tanto à média das unidades com



tramitação processual similar (8,35%) quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016 (9,31%), conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Varição dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (66,98%). Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve a redução de 72,73% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. De janeiro a julho de 2016, no entanto, o número de processos neste particular subiu para 75, o que traduz um aumento significativo no resíduo de processos pendentes para prolação de sentença. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	117	232	98,29%	180	-22,41%
Aguardando encerramento da instrução	548	562	2,55%	518	-7,83%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	93	39	-58,06%	96	146,15%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	22	6	-72,73%	75	1150,00%
TOTAL	780	839	7,56%	869	3,58%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos



	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Bagé – 01ª Vara	94,83%	95,34%	0,53%	93,25%	-2,19%
Unidades similares*	86,02%	89,46%	4,00%	91,18%	1,92%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	89,32%	0,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 95,34% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 0,53% em relação ao índice do ano anterior. Com isso, o índice da Unidade manteve-se acima do desempenho médio das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e da média geral do TRT4 em 5,88 e 6,23 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até31.07)	Variação 2015-2016
Bagé – 01ª Vara	62,57%	58,19%	-7,00%	39,14%	-32,74%
Unidades similares*	55,92%	54,87%	-1,87%	42,94%	-21,75%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	42,14%	-23,67%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados 1ª Vara do Trabalho de Bagé foi de 58,19% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 7% inferior ao verificado no ano anterior. De qualquer sorte, tal desempenho superou a média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual e a média de toda a 4ª Região em 3,32 e 2,99 pontos percentuais.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 31.07)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	382	29,75	366	31,42	231	40,81
	Julgado procedente	76	5,92	43	3,69	5	0,88
	Julgado procedente em parte	606	47,2	559	47,98	191	33,75
	Julgado improcedente	110	8,57	99	8,5	61	10,78
	Extinto	9	0,7	5	0,43	4	0,71
	Outras decisões	1	0,08	0	0	0	0
	SUBTOTAL	1.184	92,21	1.072	92,02	492	86,93



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Sem exame de mérito	Extinto	33	2,57	33	2,83	11	1,94
	Arquivamento (art. 844 CLT)	47	3,66	34	2,92	13	2,3
	Desistência	19	1,48	17	1,46	20	3,53
	Outras decisões	1	0,08	9	0,77	30	5,3
	SUBTOTAL	100	7,79	93	7,98	74	13,07
TOTAL		1.284	100	1.165	100	566	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

Verificou-se diminuição de 119 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 9,27%. Essa queda aponta em direção oposta ao desempenho das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, as quais registraram uma elevação média de 6,84% no número de processos solucionados, e da média de todo o regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,13% em relação ao ano anterior.

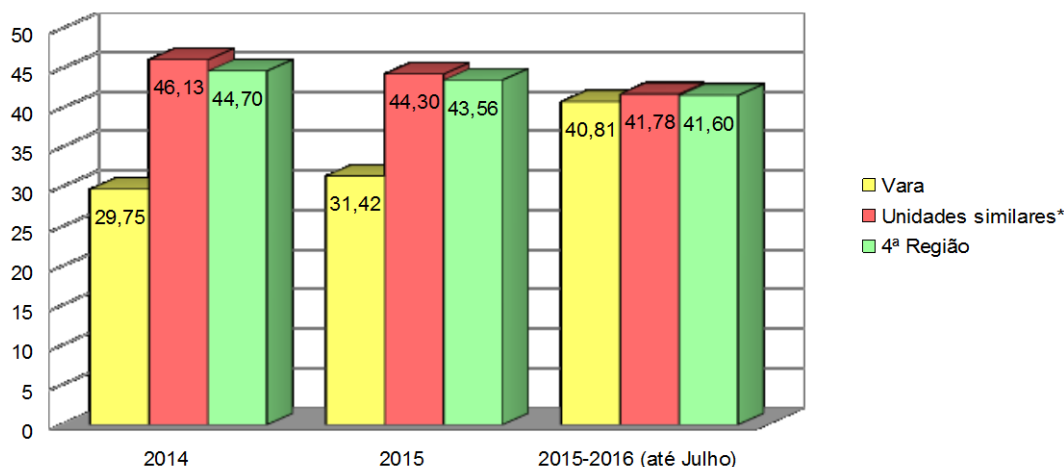
Dentre os tipos de solução, verificou-se queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 802 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 706 decisões, representando uma redução de 11,97% na quantidade de processos solucionados. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, em que houve aumento de 8,33% no número de processos solucionados, bem como à média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, em que houve aumento de 7,56%.

Todavia, a análise do quadro acima demonstra aumento do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária, ainda que tenha ocorrido diminuição no número absoluto de conciliações. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 382 processos, representando 29,75% dos processos solucionados. Em 2015, o número total de conciliações caiu para 366 processos, correspondendo, contudo, a 31,42% das soluções na fase de conhecimento – índice, de qualquer sorte, inferior ao percentual de conciliações nas unidades similares à correccionada, que foi de 44,30%, e em todo o regional em 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue.

Por fim, constata-se que entre janeiro e julho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 40,81%, resultado pouco abaixo da média das unidades com movimentação similar e da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Iniciadas	510	441	-13,53%	248	-43,76%
Encerradas	400	476	19,00%	318	-33,19%
Pendentes	440	407	-7,50%	330	-18,92%
Arquivo Provisório	10	3	-70,00%	3	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 440, em 2014, para 407, em 2015, importando em uma queda de 7,5%. Esse percentual foi qualitativamente superior à média das demais unidades com tramitação processual similar e ao índice geral do TRT, que apresentaram crescimento de 10,05% e 5,88% no estoque de processos pendentes na fase de liquidação, respectivamente. O principal motivo dessa queda foi um aumento significativo no número de liquidações encerradas na Unidade na comparação entre esses dois períodos (19%).

Nos sete primeiros meses de 2016, houve novo recuo de 77 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a uma queda de 18,92%, índice qualitativamente superior ao das unidades similares à correccionada e à média regional, as quais apresentaram redução de 3,56% e 4,99%, respectivamente, conforme explicitado na tabela que segue:

Variação dos processos pendentes na fase de liquidação	
2014-2015	2015-2016



(até julho)		
Bagé – 01ª Vara	-7,50%	-18,92%
Unidades similares*	10,05%	-3,56%
TRT4 - 1ª Instância	5,88%	-4,99%

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015-2016
Bagé – 01ª Vara	78,43%	107,94%	37,62%	128,23%	18,80%
Unidades similares*	84,69%	89,42%	5,59%	92,57%	3,52%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	93,01%	5,17%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 107,94% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 37,62% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 18,52 e 19,51 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015-2016
Bagé – 01ª Vara	47,51%	54,03%	13,73%	48,55%	-10,14%
Unidades similares*	56,00%	55,23%	-1,37%	45,63%	-17,38%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	45,97%	-15,36%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 1ª Vara do Trabalho de Bagé em 2015 foi de 54,03% do número total de liquidações a encerrar – resultado 13,73% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em cerca de 1,2 pontos percentuais, mas foi bastante similar ao resultado médio geral do TRT4.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

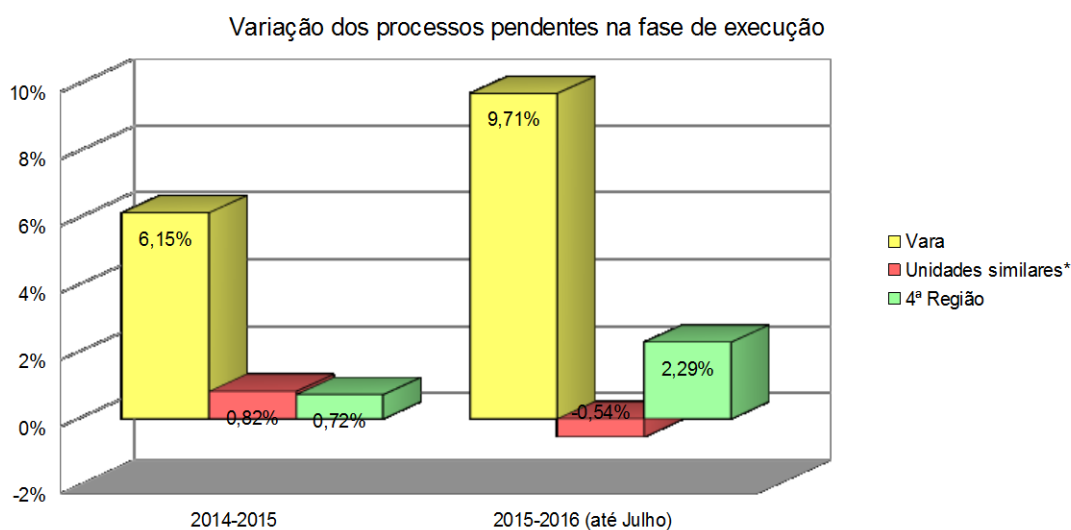


		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	549	576	4,92%	368	-36,11%
	Desarquivadas para prosseguimento	541	158	-70,79%	2	-98,73%
Saídas	Encerradas	701	456	-34,95%	187	-58,99%
	Arquivadas Provisoriamente	85	95	11,76%	45	-52,63%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	39	17	-56,41%	16	-5,88%
	Demais	1.115	1.208	8,34%	1.328	9,93%
	Total	1.154	1.225	6,15%	1.344	9,71%
Saldo no arquivo Provisório		944	882	-6,57%	926	4,99%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 1ª Vara do Trabalho de Bagé subiu de 1.154 para 1.225 processos, o que corresponde a uma elevação de 6,15% em relação ao ano anterior. Esse índice foi superior àquele apresentado na 4ª Região no período em questão, o qual registrou uma elevação de apenas 0,72% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa elevação foi a sensível diminuição no número de execuções encerradas (redução de 34,95%).

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a julho de 2016 apontam novo aumento no estoque de processos pendentes na fase de execução (de 9,71%), resultado acima da média regional no mesmo período, que avançou apenas 2,29%.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**



Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Bagé – 01ª Vara	127,69%	79,17%	-38,00%	50,82%	-35,81%
Unidades similares*	98,23%	88,75%	-9,65%	77,72%	-12,42%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	70,07%	-12,45%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 79,17% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 38% em relação ao índice do ano anterior. Por conta disso, o índice da Unidade ficou abaixo da média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e da média geral do TRT4 em 9,58 e 0,86 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Bagé – 01ª Vara	21,26%	17,05%	-19,79%	7,56%	-55,69%
Unidades similares*	15,10%	15,79%	4,58%	10,45%	-33,80%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	10,23%	-33,53%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas 1ª Vara do Trabalho de Bagé em 2015 foi de 17,05% do número total de execuções a encerrar – resultado 19,79% menor que o verificado no ano anterior. Mesmo assim, esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 1,26 e 1,66 pontos percentuais, respectivamente.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	141	66	-53,19%	40	-39,39%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	164	117	-28,66%	21	-82,05%



Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.352	1.304	-3,55%	1.320	1,23%
--	--------------	--------------	---------------	--------------	--------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 1ª Vara do Trabalho de Bagé, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.08.2016. Dessa consulta, não resultaram processos com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.07)		
	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes
Embargos de declaração	214	190	41	219	237	13	75	58	23
*Antecipações de tutela	182	195	6	98	77	37	71	58	39
Impugnações à sentença de liquidação	10	19	4	17	11	10	18	7	20
Embargos à execução	81	76	46	62	48	53	75	45	73
Embargos à arrematação	1	2	2	1	0	1	0	0	1
Embargos à adjudicação	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	3	3	5	5	4	3	0	1	3
TOTAL	491	486	104	402	377	117	239	169	159

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)



**A lista de processos com antecipação de tutela pendentes de solução está anexada ao final deste relatório (Anexo 01).*

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 402 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 18,13% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 22,43% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 486 para 377; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão subiu de 104, em 31.12.2014, para 117 processos, em 31.12.2015. Destaca-se, por fim, que em 31.07.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 159 processos, saldo 35,9% maior que o do final do período anterior; os embargos à execução eram a espécie que correspondia à maior parte dos incidentes ainda pendentes (45,91%).

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra nos exemplos que seguem:

1	Processo 0013900-17.1997.5.04.0811
Em 18-08-2014 foram opostos Embargos declaratórios pela reclamada, os quais, por meio de simples despacho, não foram recebidos. Assim, sem que tenha sido dada a solução específica, permanece o incidente pendente de solução junto ao sistema.	
2	Processo nº 0020078-15.2016.5.04.0811
Apresentado pedido de Antecipação dos efeitos da tutela pela parte reclamante, em 15-2-2016, o pedido foi deferido, em 2-5-2016. No entanto, sem que tenha sido dada a devida solução ao incidente, qual seja, “concedida antecipação de tutela”, permanece a pendência junto ao sistema.	
3	Processo nº 0078000-58.2009.5.04.0811
Em 26-02-2015 foi apresentada Impugnação à sentença de liquidação pela parte reclamante. Por meio de despacho, em 14-4-2015, foi postergada a apreciação do recebimento do incidente, o que não ocorreu até a presente data. Assim, sem que tenha sido dada a correta conclusão e solução ao incidente, permanece a pendência junto ao sistema.	
4	Processo nº 0001181-41.2013.5.04.0811
Em 1º-02-2016 foram opostos Embargos à execução pela reclamada, os quais não foram recebidos, por intempestivos, por meio de simples despacho. No entanto, sem que tenha sido dada a solução específica, permanece o incidente pendente de solução junto ao sistema.	
5	Processo nº 0127700-71.2007.5.04.0811
Em 08-06-2015 foram opostos Embargos à arrematação , os quais não foram recebidos, por incabíveis. No entanto, sem que tenha sido dada a solução específica (decisão em incidente processual), permanece o incidente pendente de solução junto ao sistema.	



6

Processo nº 0049600-10.2004.5.04.0811

Em 12-8-2015 foi interposta **Exceção de pré-executividade** pela parte reclamada, a qual não foi recebida em razão do acordo firmado entre as partes. No entanto, sem que tenha sido dada a solução específica (decisão em incidente processual), permanece o incidente pendente de solução junto ao sistema.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.09.2016)

***Para registro da decisão de antecipação de tutela no PJE, deve ser encaminhado o processo para decisão do tipo "Antecipação de Tutela" registrando-se, posteriormente, o tipo de decisão oferecida (concedida, concedida em parte, não concedida ou prejudicado o incidente). Esse andamento deverá ser registrado, inclusive, junto com a sentença, caso somente esta decida a antecipação de tutela.*

Caso tenha sido proferida a sentença e o processo já esteja na fase de liquidação, o procedimento acima não estará mais disponível. Dessa forma, há duas formas de retirar a pendência desse tipo de incidente:

1) Caso a antecipação de tutela tenha sido apresentada junto com a petição inicial (ou seja, no cadastramento foi assinalado pelo advogado ou pelo servidor que revisou o cadastramento que há pedido de antecipação de tutela) pode ser retificada a autuação e desmarcado o campo "antecipação de tutela" (acessar o menu Processos>Outras Ações>Retificar Autuação e desmarcar a caixa de seleção "Pedido de Liminar/Antecipação de Tutela");

2) Caso a antecipação de tutela tenha sido apresentada como pedido em uma petição à parte, deve ser feita uma conclusão para julgamento, prejudicado o incidente informando do tipo antecipação de tutela.

*** Para evitar as distorções estatísticas resultantes da conclusão dos embargos declaratórios, deverá a Vara observar que a elaboração da minuta da sentença de julgamento de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feita no editor simples na tarefa "Minutar sentença – ED", acessada a partir do subfluxo "Controle manual – Prazos pós-sentença". Antes do encaminhamento do processo para assinatura pelo magistrado, através da tarefa "Analisar sentença – ED", deve-se fazer o registro do resultado do julgamento, selecionando um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados).*

Quando não observado esse procedimento e o processo já se encontrar em fase de liquidação/execução, determina-se para correção das pendências informadas que seja adotado o seguinte procedimento: 1. A partir da Análise da Liquidação/Execução, conforme a fase, enviar o processo para "Concluso ao magistrado", registrar a conclusão para julgamento (complemento "Embargos de Declaração") e selecionar o magistrado para o qual consta a pendência; 2. Na tarefa de minuta da sentença, sugere-se inserir no editor de textos conteúdo indicando que aquele ato se refere a um ajuste de movimentação processual. Indicar: Partes cientes "não" e intimar DEJT "não". Após, registrar o resultado, de acordo com o julgamento do ED; 3. Encaminhar o processo para assinatura do magistrado; 4. Após a assinatura, o processo será movimentado para a tarefa "Preparar comunicação". Deve-se, então, clicar em "Cancelar" e o processo retornará à Análise da Liquidação/Execução, de acordo com a fase; 5. Verificar se os movimentos relativos ao julgamento foram registrados e devolver o processo para a tarefa em que estava anteriormente, seguindo a sua tramitação normal.

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado. Registre-se, ainda, que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO



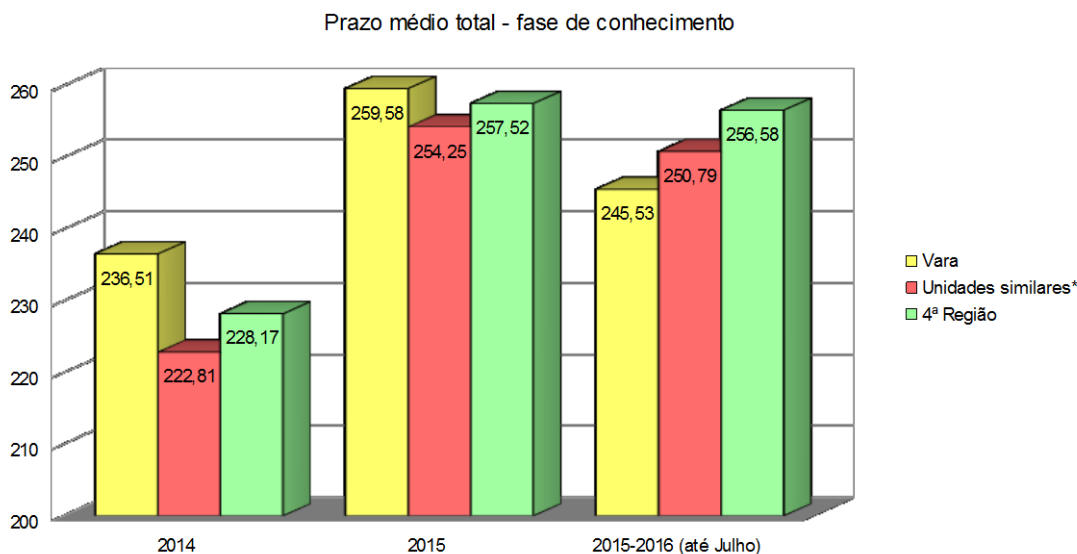
4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	74,02	83,06	12,21%	104,92	26,32%
	Média Ordinário	260,64	271,21	4,06%	258,39	-4,73%
	Média Geral	236,51	259,58	9,75%	245,53	-5,41%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 1ª Vara do Trabalho de Bagé apresentou uma elevação de 9,75%, passando de 236,51 para 259,58 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 12,21% em relação à média do ano anterior, passando de 74,02 para 83,06 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 271,21 dias, 4,06% maior na comparação com o de 2014. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e julho de 2016 apontam uma queda de 5,41% no prazo médio geral de tramitação na fase de conhecimento.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 2,1% maior (5,33 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 0,8% maior (2,06 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4. Já os dados dos primeiros sete meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento caiu para 245,53 dias, ficando cerca de cerca de 5,27 dias mais curto (2,1%) que o das demais Unidades Similares, e 11,05 dias mais curto (4,31%) que o prazo médio total da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:





4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015- 2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	207,44	244,97	18,09%	309,5	26,34%
	Média Ordinário	341,4	334,04	-2,16%	310,38	-7,08%
	Média Geral	334,26	326,72	-2,26%	310,36	-5,01%

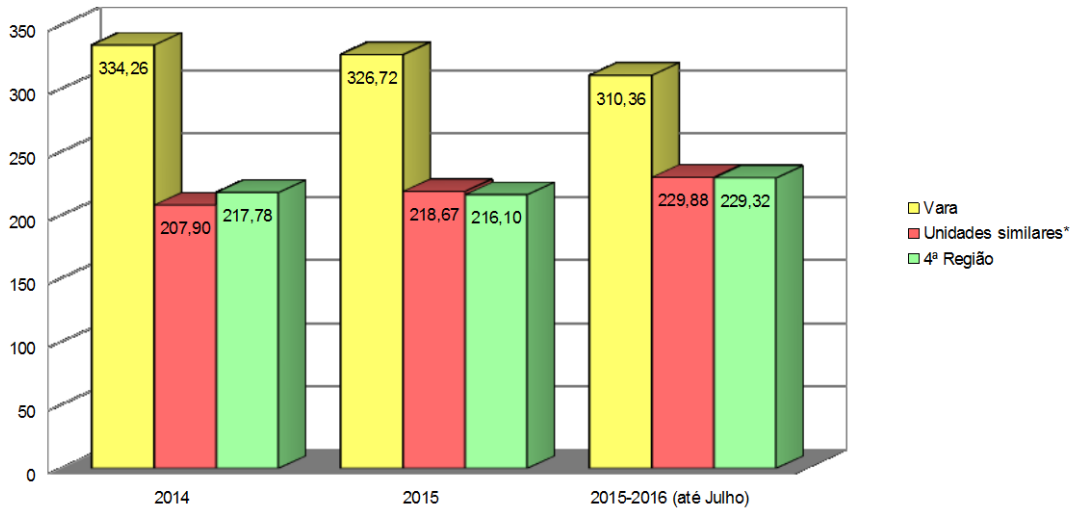
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 244,97 dias, o que equivale a uma elevação de 18,09% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 334,04 dias, 2,16% menor na comparação com o do ano de 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a julho, apontam uma tendência de elevação do prazo médio entre o início e o encerramento da liquidação tanto no tocante ao rito sumaríssimo, mas uma redução do prazo no rito ordinário e no prazo médio geral.

Apesar da redução registrada no prazo médio total no ano de 2015, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 49,41% maior (108,04 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 51,19% maior (110,62 dias) que a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Outrossim, os dados do período de janeiro a julho de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 35,01% mais extenso (80,48 dias) que o prazo das demais Unidades Similares, e 35,34% mais extenso (81,04 dias) que o da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015- 2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	732,53	603,21	-17,65%	555,71	-7,88%
	Média Ente público	633,62	611,86	-3,43%	574,47	-6,11%
	Média Geral	723,53	604,10	-16,51%	558,99	-7,47%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 732,53 dias, em 2014, para 603,21 dias, em 2015. Entre janeiro e julho de 2016, a média diminuiu para 555,71 dias, prazo 7,88% menor que o do período anterior.

Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 633,62 dias, em 2014, para 611,86, em 2015. Outrossim, nos primeiros sete meses de 2016, o lapso de tramitação recuou para 574,47 dias, o que equivale a uma redução de 6,11% na comparação com 2015.

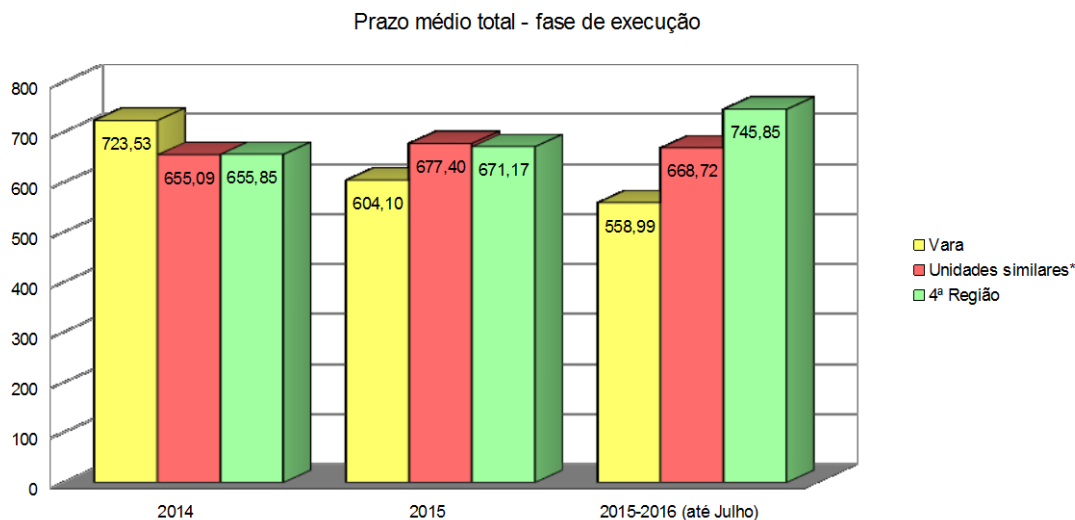
No geral, houve redução do prazo tanto em 2015 quanto nos primeiros sete meses de 2016, ainda que, nesse, em menor percentual.

Constatou-se que, em 2015, o tempo de tramitação total na fase de execução na 1ª Vara do Trabalho de Bagé foi 10,82% menor (73,30 dias) que o prazo das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 9,99% menor (67,07 dias) que a média de toda a 4ª Região.

Finalmente, verifica-se que nesses sete primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 16,41% menor (109,73 dias) que a média das demais



Unidades com movimentação processual similar e 25,05% menor (186,86 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.222	1.165	95,34%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
641	629	98,13%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado



540	419	77,59%	Meta não cumprida
-----	-----	--------	-------------------

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
7	7	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	10	10
Estado do Rio Grande do Sul	2	1
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	1	6
União	6	3
OI S.A.	1	1
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	3	0
Caixa Econômica Federal - CEF	3	2
Banco do Brasil S.A.	3	5
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
29	28	-3,45%	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:



a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	236,51	259,58	234,15	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	400	382	391	366	395	Meta não cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.07.2016	Solucionados até 31/07/2016	%	Resultado parcial (até 31.07)
607	566	93,25%	Indicativo de não cumprimento de meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.07	%	Resultado parcial (até 31.07)
763	701	91,87 %	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.



META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.07)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 31.07)
Total de acordos	400	382	391	231	399	Indicativo de não cumprimento de meta
Média mensal de acordos	33,33	31,83	32,58	33,00	33,25	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.07)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 31.07)
368	271	73,64%	Indicativo de não cumprimento de meta

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
1	Meta ainda não cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 31.05.2016
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	10	19
União	3	1
Estado do Rio Grande do Sul	1	3
Caixa Econômica Federal - CEF	2	2



Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	6	7
OI S.A.	1	3
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	2	2
Claro S.A.	0	1
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	2	4

Total em 2015	Total em 2016 (até 31.07)	Percentual atingido	Resultado
27	42	55,56%	Indicativo de não cumprimento de meta

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente de segundas à sextas-feiras. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo:

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	4-5 (P)	4-5 (P)	-	-
Tarde	4-5 (P)	20 (I)	-	-	-

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	*15 (I)	-	-	4-5 (P) (I)	4-5 (P) (I)
Tarde	-	-	-	4-5 (P) (I)	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 29.09.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

Processos que envolvem ente público e matéria de direito não são incluídos em pauta.

As audiências são designadas em secretaria.

São feitas audiências para tentativa de conciliação quando a secretaria vislumbra possibilidade de acordo, independentemente de pedido das partes.



A Juíza Titular, por vezes, faz pauta nas quartas-feiras à tarde quando há adiamento de pauta.

A Juíza Substituta, quando necessário, faz “pautões” de iniciais na segunda-feira pela manhã. Às quintas e sextas-feiras também inclui iniciais na pauta, em número variável. A Juíza examina as iniciais antes de marcar a pauta.

Como há poucos processos distribuídos pelo Rito Sumaríssimo, não há pauta específica. Assim, são incluídos em pauta observado o prazo de 15 dias determinado em lei. A intimação, nesse caso, é feita por meio de Oficial de Justiça.

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	06.12.2016	03.11.2016	09.11.2016	24.10.2016
Una Sumaríssimo				
Instrução	04.07.2017	18.05.2017	20.03.2017	05.04.2017

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências, Luciane Bandeira Pereira, em 29.09.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015- 2016
		Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	49,68	53,5	7,69%
	Média Ordinário	57,15	62,14	8,73%	60,19	-3,14%
	Média Geral	56,22	61,56	9,50%	59,32	-3,65%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi ampliado de 49,68 dias, em 2014, para 53,5 dias, em 2015 (aumento de 7,69%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 57,15 dias, em 2014, para 62,14 dias, em 2015 (elevação de 8,73%). Sinala-se que, os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a julho, apontam queda de 8,97% no prazo de audiências iniciais no rito sumaríssimo e de 3,14% no prazo do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior.



No dia da inspeção, em consulta ao livro pauta, constatou-se que o prazo para marcação das audiências iniciais é inferior ao apontado pelo Sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015- 2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	29,79	28,72	-3,59%	57,05	98,64%
	Média Ordinário	219,52	183,23	-16,53%	185,53	1,25%
	Média Geral	200,97	174,56	-13,14%	175,15	0,34%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessárias, tiveram o prazo reduzido de 29,79 dias, em 2014, para 28,72 dias, em 2015 (queda de 3,59%). Da mesma forma, o rito ordinário registrou redução da média de 219,52 dias, em 2014, para 183,23 dias, em 2015 (redução de 16,53%).

Em consulta ao livro pauta no dia da inspeção, constatou-se que o prazo para marcação das audiências de prosseguimento confirma o apontado pelo Sistema e-Gestão.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
André Vasconcellos Vieira	2	1	1	0	4
Jorge Fernando Xavier de Lima	310	162	11	9	492
Luis Ulysses Do Amaral de Pauli	370	338	45	2	755
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	235	146	12	4	397
Roberta Testani	67	47	6	1	121
TOTAL	984	694	75	16	1.769

Juiz (a)	2016 (até 31.07)				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
André Vasconcellos Vieira	1	1	0	0	2
Bárbara Fagundes	15	10	0	0	25



Eliane Covolo Melgarejo	101	88	7	2	198
Felipe Lopes Soares	170	100	10	1	281
Jorge Fernando Xavier de Lima	48	39	4	0	91
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	170	158	19	5	352
Rozi Engelke	44	74	3	1	122
TOTAL	549	470	43	9	1.071

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
André Vasconcellos Vieira	5	3	0	8	1	9
Felipe Lopes Soares	0	9	0	9	0	9
Jorge Fernando Xavier de Lima	91	128	0	219	22	241
Luis Ulysses do Amaral de Pauli	138	422	4	564	35	599
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	112	120	1	233	24	257
Roberta Testani	20	16	0	36	3	39
TOTAL	366	698	5	1.069	87	1.156

Juiz (a)	2016 (até 31.07)					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		



André Vasconcellos Vieira	1	0	0	1	-	1
Bárbara Fagundes	4	0	0	4	-	4
Eliane Covolo Melgarejo	33	3	0	36	18	54
Felipe Lopes Soares	49	26	0	75	12	87
Jorge Fernando Xavier de Lima	24	53	0	77	11	88
Luis Ulysses do Amaral de Pauli	-	9	0	9	-	9
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	88	110	0	198	23	221
Roberta Testani	-	9	0	9	-	9
Rozi Engelke	32	48	4	84	7	91
Juiz Não Informado	-	0	0	0	3	3
Total	231	258	4	493	74	567

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

Informações extraídas do Projeto BI TRT4 1 dia antes da correição.

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juíza Bárbara Fagundes	Processos de Cognição	7 processos
Juíza Bárbara Fagundes	Impugnações à sentença de liquidação	01 processo
Juíza Eliane Covolo Melgarejo	Processos de Cognição	56 processos
Juiz Felipe Lopes Soares	Processos de Cognição	48 processos
Juíza Marcelle Cruz Lanot Antoniazzi	Processos de Cognição	13 processos
Total: 125 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 23.09.2016. Mais de 50 dias anteriores à data da consolidação dos dados: 10.08.2016)

* A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta em anexo ao final da presente ata de correição.

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

Notificações e ofícios urgentes são expedidos de imediato, tanto no PJe quanto nos processos físicos. Os demais, são cumpridos entre 48 horas e uma semana da assinatura do despacho.

A Procuradoria Regional Federal comparece uma vez por semana na unidade para levar em carga os processos nos quais seria notificada.



7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPVs

Um servidor é responsável pela execução. No dia da inspeção (29.09), estavam sendo expedidos os mandados e autorizações judiciais com despachos datados de 13 e 14 de setembro. Os precatórios são acumulados e feitos até junho. As RPVs são expedidas periodicamente.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Alvarás são prioritários. São expedidos tão logo recebida a guia ou disponibilizado o valor.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A unidade recebe entre 30 e 50 petições nos processos físicos e outras 20 ou 25 nos processos eletrônicos. Na data da inspeção estava sendo despachado o protocolo de 22.09.2016. Registra-se que a vara mantém o protocolo dos processos físicos e eletrônicos na mesma data.

Nos processos físicos é feita a separação do protocolo urgente, que é feito prioritariamente.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Nos processos físicos estava sendo certificado o prazo vencido em 10.09.2016. A Diretora não soube informar exatamente o dia que estava sendo certificado o prazo nos processos eletrônicos mas afirmou que o prazo no PJe está um pouco maior do que nos processos físicos em razão de estarem treinando um servidor para atuar em tal tarefa.

Relatou a Diretora que a CCDF de Bagé, sob sua orientação, está auxiliando a unidade a certificar o prazo no PJe.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Há remessa de processos ao TRT duas vezes por semana.

7.7 CONVÊNIOS

Todos os convênios são utilizados, predominantemente pela diretora. Há uma servidora que a auxilia.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Não há frequência pré-determinada para o arquivamento dos processos uma vez que a unidade atua, neste quesito, por mutirão.

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

Há apenas uma execução reunida na unidade, mas muito antiga. Em princípio, não pretendem mais fazer reunião de execuções.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

Ocorre a inscrição dos devedores no BNDT após resultado negativo do convênio BacenJud; a exclusão ocorre quando extinta a execução, pela quitação da dívida.



7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000927-68.2013.5.04.0811	06.07.2016
2	0000946-74.2013.5.04.0811	21.07.2016
3	0001046-92.2014.5.04.0811	09.09.2016
4	0000409-44.2014.5.04.0811	01.08.2016
5	0000224-69.2015.5.04.0811	09.08.2016
6	0000731-35.2012.5.04.0811	22.08.2016
7	0000588-17.2010.5.04.0811	29.08.2016
8	0078200-70.2006.5.04.0811	29.08.2016
9	0000546-31.2011.5.04.0811	03.09.2016
10	0000461-45.2011.5.04.0811	05.09.2016
11	0001184-93.2013.5.04.0811	05.09.2016
12	0000223-21.2014.5.04.0811	06.09.2016
13	0000137-50.2014.5.04.0811	09.09.2016
14	0000118-49.2011.5.04.0811	12.09.2016
15	0001086-79.2011.5.04.0811	14.09.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.09.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, houve empenho por parte da Unidade Judiciária, sobretudo por meio da expedição de notificações, na cobrança e devolução desses processos.

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0001074-94.2013.5.04.0811	08.09.2016
2	0132300-24.1996.5.04.0811	13.09.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.09.2016)

7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Carga OJ	Processo	Prazo
1	811-00422/16	0000798-29.2014.5.04.0811	08.09.2016



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.09.2016)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 22.09.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **833 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000044-24.2013.5.04.0811
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos Autos: 1) O Termo da fl. 1130v contém informações imprecisas, uma vez que refere a juntada de “petição”, quando deveria referir a juntada de laudo pericial. (art. 101 da CPCr); 2) O termo de juntada da fl. 1180v contém informações incompletas pois não menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal que acompanham o recurso interposto pela reclamada, bem como não refere a procuração que também acompanha o recurso. Art. 101 da CPCr. 3) O Termo da fl. 1192v contém informações imprecisas, uma vez que refere a juntada de “do que segue”, quando deveria referir a juntada de contrarrazões (art. 101 da CPCr). Movimentação Processual: Nada a apontar.	
2	Processo nº 0000038-17.2013.5.04.0811
Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: 1) No termo de juntada da fl. 166v não há registro da data em que foi efetuado; 2) A impugnação aos cálculos de liquidação (fls. 197-9) não é precedida de termo de juntada, como determina o art. 101 da CPCr; 3) O registro de carga da fl. 234 não tem a assinatura do perito que retirou o processo em carga. Faltam, portanto, informações imprescindíveis exigidas pelo art. 53 da CPCr. 4) O registro de carga da fl. 281 não tem assinatura do servidor que recebeu a devolução dos autos, tampouco há registro da data da devolução. Faltam, portanto, informações imprescindíveis exigidas pelo art. 53 da CPCr. 5) Não há certidão de publicação da sentença das fls. 326-7 (art. 97 da CPCr). 6) Não foi observada a ordem cronológica para a juntada das petições, pois a petição das fls. 535-9v, protocolada em 30-09-2014, foi juntada antes da petição das fls. 540-3, protocolada em 03-07-2014. Art. 101, parágrafo único, da CPCr. Movimentação Processual: demora no impulso processual. O prazo previsto no edital de intimação decorreu em 25/07/2016, porém, só foi certificado em 01/09/2016, <u>após a solicitação de remessa dos autos pela Vice-Corregedoria.</u>	
3	Processo nº 0000074-93.2012.5.04.0811
Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: O termo de juntada da fl. 208v não precede nenhuma petição. Movimentação Processual: <u>Arquivamento dos autos determinado em 22/04/2016, mas não efetuado até a presente data.</u>	
4	Processo nº 0000041-06.2012.5.04.0811



Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: 1) O Termo da fl. 180v contém informações imprecisas, uma vez que refere a juntada de “petição”, quando deveria referir a juntada de embargos declaratórios (art. 101 da CPCr). 2) Os cálculos de liquidação (fls. 197-9) não são precedidos de termo de juntada, como determina o art. 101 da CPCr.

Movimentação Processual: nada a apontar.

5 **Processo nº 0000159-45.2013.5.04.0811**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: nada a apontar.

6 **Processo nº 0000267-74.2013.5.04.0811**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: demora no impulso processual: embora houvesse despacho determinando a expedição de precatório em 07/07/2016 (fl. 280), este não foi cumprido até a presente data. **O precatório não foi expedido a tempo (31/07/2016) para que seja efetuado o pagamento no ano de 2017.**

7 **Processo nº 0018800-82.1993.5.04.0811**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: nada a apontar.

8 **Processo nº 0001155-14.2011.5.04.0811**

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos autos: termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 309v não especifica o tipo de petição juntada aos autos (laudo pericial) - (fls.459 e 459v). Art. 101 da CPCr.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 332v não menciona os documentos que acompanham a petição da reclamada (procuração e substabelecimento). Art. 101 da CPCr.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 347v não especifica o tipo de petição apresentada pela reclamada (embargos de declaração). Art. 101 da CPCr.

Ausência de certidão de publicação de sentença: ausência de certidão de publicação e sentença publicada em secretaria, com os requisitos previstos no art. 97 da CPCr.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 353v não menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal (fls.361v, 362, 371v e 372) que acompanham os recursos ordinários das reclamadas.

Autos provisórios sem numeração adequada: Autos provisórios juntados às fls. 377 e seguintes sem numeração lançada no canto inferior direito. (Art. 66 da CPCr)



Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 389v não especifica o tipo de petição apresentada pela reclamada (contrarrazões de recurso). Art. 101 da CPCr.

Movimentação Processual: nada a apontar.

9

Processo nº 0000264-22.2013.5.04.0811

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 95v não especifica o tipo de petição apresentada pela reclamada (contrarrazões de recurso). Art. 101 da CPCr.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 146v não especifica o tipo de petição apresentada pelo reclamante (cálculos de liquidação). Art. 101 da CPCr.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 155v não especifica o tipo de petição apresentada pela reclamada (embargos à execução). Art. 101 da CPCr.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado às fls. 168v não menciona os documentos (fls.172-3) que acompanham a petição do reclamante.

Ausência de certidão de publicação de sentença: ausência de certidão de publicação e sentença publicada em secretaria (fls. 175-7), com os requisitos previstos no art. 97 da CPCr.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 184v não especifica o tipo de petição apresentada pelo reclamante (cálculos de liquidação). Art. 101 da CPCr.

Movimentação Processual: nada a apontar.

10

Processo nº 0000033-29.2012.5.04.0811

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos autos: termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 27v não menciona o documento que acompanha a petição da reclamada (procuração). Art. 101 da CPCr.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 30v não especifica o tipo de petição apresentada pela reclamada (contestação). Art. 101 da CPCr.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 83v não especifica o tipo de petição apresentada (ofício). Art. 101 da CPCr.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 97v não especifica o tipo de petição apresentada (ofício). Art. 101 da CPCr.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 106v não especifica o tipo de petição apresentada (recurso ordinário), nem tampouco o documento que a acompanha (substabelecimento) Art. 101 da CPCr.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 117v não especifica o tipo de petição apresentada (contrarrazões). Art. 101 da CPCr.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado às fls. 152v não menciona os documentos (fls.154-5) que acompanham a petição da reclamada (procuração e substabelecimento).



Movimentação Processual: nada a apontar.

** Os aspectos gerais dos autos são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.*

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 22.09.2016.

Situação do processo em andamento interno – Processos Exemplos:	
0145200-39.1996.5.04.0811	0001130-30.2013.5.04.0811
Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:	
0000380-96.2011.5.04.0811	
Carta precatória com registros desatualizados, aguardando devolução à origem ou devolvida à origem sem andamento – Processos Exemplos:	
0000339-90.2015.5.04.0811	

Constatou-se, na consulta à listagem de processos sem movimentação no sistema inFor, que há vários processos redistribuídos ao Posto de Dom Pedrito e que continuam pendentes no acervo da 1ª Vara do Trabalho de Bagé.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor de Secretaria, a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Diretora de Secretaria, a liberação do depósito recursal é determinada juntamente com a homologação da conta. Ocorre a expedição do alvará e, após a comprovação do valor sacado, é feita a intimação do devedor para o pagamento do restante da dívida.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA



Por ocasião da correição, a Diretora de Secretaria informou que a Juíza Titular determina a citação do(s) sócio(s) em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada e somente depois da citação realiza consulta ao sistema BacenJud. Eventualmente ocorre consulta ao BacenJud de forma cautelar.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 16.04.2015.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em 28.09.2016, ocasião em que o acervo processual da 1ª Vara do Trabalho de Bagé contava com 1.073 processos na fase de conhecimento, 22 processos na fase de liquidação, 53 processos na fase de execução e 296 processos arquivados

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	16
Processos com Petições Avulsas	6
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas	41
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	7
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	7
Processos com petições não apreciadas	197 Mais antigo: 0020544-09.2016.5.04.0811
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	2
Processos com audiências não designadas	14
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)	16

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Conhecimento	-	-	-	-
Aguardando Cumprimento de Providência	2016 - mês 11 - 14 a 18	121	0020674-33.2015.5.04.0811	17.12.2015
Aguardando apreciação pela instância superior	-	106	0020295-92.2015.5.04.0811	14.01.2016
Aguardando audiência	-	371	0020622-37.2015.5.04.0811	28.03.2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos	2016 - mês 12 - 12 a 16	77	0020250-88.2015.5.04.0811	17.08.2015
Aguardando término dos prazos	-	93	0020098-40.2015.5.04.0811	20.07.2016
Analisar Decisão	MARCELE CRUZ LANOT ANTONIAZZI	2	0020570-41.2015.5.04.0811	27.09.2016
Analisar Despacho	MARCELE CRUZ LANOT ANTONIAZZI	2	0020228-93.2016.5.04.0811	27.09.2016
Analisar dependências	MARCELE CRUZ LANOT ANTONIAZZI	1	0020773-66.2016.5.04.0811	28.09.2016
Análise do Conhecimento	-	17	0020439-66.2015.5.04.0811	05.08.2016
Análise do Sobrestamento	-	3	0020528-89.2015.5.04.0811	20.04.2016
Apreciar Urgentes	-	1	0020787-47.2016.5.04.0812	26.09.2016
Apreciar dependência	-	3	0020708-71.2016.5.04.0811	26.09.2016
Intimações automáticas com pendências - Con	-	1	0020556-23.2016.5.04.0811	26.09.2016
Minutar Decisão	- MARCELE CRUZ LANOT ANTONIAZZI	7	0020506-31.2015.5.04.0811	02.09.2016
Minutar dependência	-	1	0020743-31.2016.5.04.0811	27.09.2016
Minutar sentença	- Vistos por Felipe. Aguardam Sentença	144	0020430-07.2015.5.04.0811	17.02.2016
Prazos vencidos	-	98	0020496-50.2016.5.04.0811	16.08.2016
Publicar DJe - Con	-	15	0020553-05.2015.5.04.0811	25.09.2016
Recebimento de instância superior	-	3	0020375-56.2015.5.04.0811	12.09.2016
Triagem Inicial	-	8	0020783-13.2016.5.04.0811	23.09.2016
Valor Incompatível	-	1	0020784-95.2016.5.04.0811	23.09.2016
Liquidação	-	-	-	-
Aguardando Cumprimento de Providência - Liq	Liq - 2016 - mês 09 - 19 a 23	4	0020042-07.2015.5.04.0811	22.08.2016
Aguardando término dos prazos	-	9	0020313-16.2015.5.04.0811	07.07.2016
Analisar Despacho - Liq	-	1	0020070-38.2016.5.04.0811	27.09.2016
Prazos vencidos	-	7	0020054-84.2016.5.04.0811	06.09.2016
Publicar DJe - Liq	-	1	0020511-53.2015.5.04.0811	27.09.2016
Execução	-	-	-	-



Aguardando Cumprimento de Providência - Exec	2017 - mês 08 - 15 a 19	4	0020469-67.2016.5.04.0811	11.07.2016
Aguardando apreciação pela instância superior	-	1	0020291-55.2015.5.04.0811	11.05.2016
Aguardando término dos prazos	-	16	0020014-39.2015.5.04.0811	29.02.2016
Analisar expediente da secretaria	MARCELE CRUZ LANOT ANTONIAZZI	1	0020409-31.2015.5.04.0811	28.09.2016
Análise de Execução	Renajud	17	0020314-98.2015.5.04.0811	26.07.2016
Iniciar Execução	-	6	0020029-08.2015.5.04.0811	05.09.2016
Prazos vencidos	-	7	0020033-11.2016.5.04.0811	23.08.2016
Publicar DJe - Exec	-	1	0020859-71.2015.5.04.0811	26.09.2016

9.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 30.08 e 31.08.2016:

1	Processo nº 0020291-21.2016.5.04.0811
Fase: Conhecimento Movimentação Processual: demora no impulso processual entre despacho proferido em 04.05.2016 (ID 021f985), determinando a notificação da reclamada para apresentar defesa escrita, com cumprimento efetivado em 27.07.2016 (ID 768dc9d).	
2	Processo nº 0020589-47.2015.5.04.0811
Fase: Conhecimento Movimentação processual: demora no impulso processual – envio de carta precatória notificatória em 17.06.2016 (ID 8d13273), sem consulta posterior formulada ao Juízo deprecado quanto ao cumprimento da ordem deprecada.	
3	Processo nº 0020047-92.2016.5.04.0811
Fase: Conhecimento Movimentação processual: demora no impulso processual – despacho proferido em 18.07.2016 (ID 26a287f), determinando a inclusão do feito em pauta com intimação das partes e procuradores, sem cumprimento posterior verificado até 31.08.2016. Processo está na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência - 2016 - mês 08 - 15 a 19” desde 21.07.2016.	
4	Processo nº 0020245-32.2016.5.04.0811
Fase: Conhecimento	



Movimentação Processual: demora no impulso processual – após a apresentação de contestação em 25.04.2016 (ID 280dad7), o reclamante não foi notificado para manifestação sobre os documentos juntados, conforme determinação preestabelecida na decisão de prevenção proferida em 01.04.2016 (ID f416785).

O processo está na pasta de tarefa “*Aguardando audiência*” desde 05.05.2016, entretanto, não há nova data designada para realização de audiência.

5 **Processo nº 0020436-14.2015.5.04.0811**

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual entre despacho proferido em 27.06.2016 (ID 3cb20c0), determinando o encaminhamento dos autos ao contador, e efetivo cumprimento realizado, apenas, em 23.08.2016 (ID c6aa2bf).

6 **Processo nº 0020043-89.2015.5.04.0811**

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual entre vencimento do prazo em 28.03.2016 (ID bf2adb5) para apresentação de cálculos por iniciativa das partes, sem manifestação observada, e despacho subsequente proferido em 07.07.2016 (ID df49789), nomeando perito contador para a mesma finalidade.

7 **Processo nº 0020351-28.2015.5.04.0811**

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual entre vencimento do prazo em 21.03.2016 (ID 22e810d) para apresentação de cálculos por iniciativa das partes, sem manifestação observada, e despacho subsequente proferido em 01.06.2016 (ID 72bb9a8), nomeando perito contador para a mesma finalidade

8 **Processo nº 0020014-39.2015.5.04.0811**

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – Carta Precatória citatória expedida em 26.02.2016 (ID b10b3b0), com notificação de distribuição em 29.02.2016 (ID 46146b8), sem movimentação processual posterior.
Processo na pasta de tarefa “*Aguardando término dos prazos*” desde 29.02.2016.

9 **Processo nº 0020661-34.2015.5.04.0811**

Fase: Execução Fiscal

Movimentação processual: demora no impulso processual – transcorrido *in albis* o prazo em 01.06.2016 (ID a1ba184) para Exequente apresentar manifestação acerca do prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento, não é verificado impulso processual posterior por iniciativa do Juízo.

Processo está na pasta de tarefa “*Minutar Despacho - Exec*” desde 25.08.2016.

10 **Processo nº 0020199-77.2015.5.04.0811**



Fase: Execução Fiscal

Movimentação processual: demora no impulso processual entre o vencimento do prazo em 28.03.2016 (IDs 473fdf3 e bfe3c6d) para pagamento ou garantia do Juízo pela executada e despacho subsequente proferido em 16.05.2016 (ID eb369b2), determinando o prosseguimento da execução mediante a tentativa de bloqueio de valores com a utilização do convênio Bacenjud.

Todos os servidores trabalham em processos físicos e eletrônicos, no geral fazendo as mesmas atividades em ambos. Todos atuam na triagem inicial: apreciam urgentes e dependência e verificam valores.

A triagem inicial é feita por todos os servidores.

São protocoladas, em média, entre 20 e 25 petições por dia no PJe. Na data da correição estavam sendo despachadas as petições protocoladas no dia 22.09.2016.

A Diretora não soube informar exatamente o dia que estava sendo certificado o prazo nos processos eletrônicos, mas afirmou que o prazo, no PJe, está um pouco maior do que nos processos físicos em razão de estarem treinando um servidor para atuar em tal tarefa.

Verificou-se uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico e uma boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando a visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, não houve atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário (SAT) durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT 02 expedientes relativos à 1ª Vara do Trabalho de Bagé durante o período correccionado: 01 no ano de 2015 e 01 neste ano de 2016, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	266/2015	0000506-49-2011-5-04-0811
2016	4247/2015	0000934-26.2014.5.04.0811

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

O processo judicial eletrônico foi implantado no Foro Trabalhista de Bagé há cerca de um ano e meio. Atualmente 32% dos processos da 1ª Vara do Trabalho tramitam por meio eletrônico e 68% por meio físico. Dos que tramitam em meio físico, 53% encontram-se na fase de execução/execução encerrada.



O acervo de processos em tramitação na unidade cresceu 6,7% entre 31.12.2014 e 31.07.2016. Esse índice está abaixo da média das Unidades com tramitação processual similar e da média regional para esse período.

Constatou-se, na consulta à listagem de processos sem movimentação no sistema inFor, que há vários processos redistribuídos ao Posto de Dom Pedrito que continuam pendentes no acervo da 1ª Vara do Trabalho de Bagé, situação essa que deve ser corrigida.

Houve aumento no número de processos pendentes de solução, o que se deve ao fato de o número de casos novos ter superado o número de processos solucionados. É de se registrar, também, o aumento no número de sentenças com prazo vencido na unidade. O percentual de acordo nos processos solucionados é inferior ao das unidades similares e ao de todo o TRT4.

Verifica-se redução no número de processos que tramitam na fase de liquidação porque o número de liquidações encerradas tem superado o número de iniciadas no período. Entretanto, o prazo médio dos processos nessa fase tem sido maior que a média da 1ª instância de toda a 4ª Região.

Por outro lado, o estoque de processos em execução vem subindo principalmente porque houve sensível diminuição no número de execuções encerradas. Ainda, o tempo de tramitação total na fase de execução na 1ª Vara Trabalho de Bagé tem diminuído, sendo menor que o prazo médio das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e que a média de toda a 4ª Região.

Merece elogio a unidade pelo trabalho realizado no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Diferentemente do que constou na inspeção anterior, não resultaram processos com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

Quanto à pauta, o prazo para a marcação de audiências está dentro do limite estabelecido, o que é elogiável.

Na análise dos processos eletrônicos, verificou-se uma boa gestão desses processos.

A unidade está com a lotação completa e não sofre com rotatividade de servidores. Conta com o auxílio de uma estagiária, que atua no balcão e faz juntadas e notificações nos processos físicos. Segundo a Diretora, seria interessante a presença de mais um estagiário em razão da grande quantidade de processos físicos ainda existente na unidade.

Todos os servidores atuam no PJe, na maior parte dos casos fazendo as mesmas tarefas em processos físicos e eletrônicos. A vara adota um sistema misto de trabalho, ainda que pareça prevalecer a organização por tarefa.

A unidade adota a sistemática de colocar junto ao protocolo tudo o que chega na unidade (baixa do TRT, devolução de mandados, petições protocoladas).

Quinzenalmente, conta com a ajuda dos servidores lotados na CCDF, os quais atuam nas demandas definidas pela Diretora como mais urgentes.

Sugeriu a Diretora que, no sistema PJe, as petições vinculadas a processos com pauta próxima sejam direcionadas a um único lugar, a fim de que seja fácil identificar a sua urgência.

Quanto às instalações, o prédio é adequado e comporta o movimento processual e de pessoal da unidade.



A Unidade merece ser parabenizada pelo empenho dos juízes em exercício na unidade e de todos os servidores para o bom andamento do trabalho. Merece destaque o tratamento acolhedor dispensado pelos servidores durante a inspeção.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 5.1.6 (Meta do CNJ específicas da Justiça do Trabalho - 2015)

Recomenda-se que a Unidade empenhe-se em promover, dentro do possível, a diminuição do prazo médio na fase de conhecimento, tendo em vista que não alcançada a meta em epígrafe (item 5.1.6, a), que estabeleceu a redução em 1% do prazo médio geral nas Unidades de primeiro grau da 4ª Região.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária adote medidas necessárias para o cumprimento dessa meta prevista para o ano de 2016, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), não tendo sido cumprida a meta CNJ 1/2015 pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.6, b).

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços com o intuito de baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos nesta fase processual, uma vez que não observado o cumprimento da meta específica no ano de 2015 (Item 5.1.3) e que os dados parciais do corrente ano sinalizam novo descumprimento da meta.



ITEM 5.2.5 (Meta CNJ 6/2016)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para que o processo nº **0000592-49.2013.5.04.0811** tenha tramitação prioritária, com prolação de sentença no menor prazo possível.

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, tendo em vista que, até julho de 2016, houve aumento, e não redução, do acervo de processos envolvendo os maiores litigantes.

ITEM 9. PJE

Observe a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne ao lançamento da conta atualizada e citação do executado;
- b) atente para a necessidade da prática dos atos de notificação logo após a publicação dos despachos, decisões e sentenças com determinações nesse sentido;
- c) em fase de liquidação de sentença, transcorrido o prazo para manifestação das partes acerca dos cálculos formulados, realize, com a maior brevidade possível, a conclusão para o subsequente impulso processual por iniciativa do Juízo;
- d) como forma de evitar a ocorrência da situação observada no processo nº 0020245-32.2016.5.04.0811, recomenda-se a realização de verificação periódica na pasta de tarefa “*aguardando audiência*” com a finalidade de identificar possíveis processos que não possuam audiência designada e permaneçam na referida pasta;
- e) recomenda-se a realização de consulta, por e-mail ou contato telefônico certificado no processo, acerca do cumprimento de carta precatória quando não for verificado o fornecimento de tais informações, por iniciativa do Juízo deprecado, no prazo de 60 dias contados da expedição da CP.

14 DETERMINAÇÕES

14.1. SECRETARIA



ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) observe que a elaboração da minuta da sentença de julgamento de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feito no editor simples na tarefa “Minutar sentença – ED”, acessada a partir do subfluxo “Controle manual – Prazos pós-sentença”. Antes do encaminhamento do processo para assinatura pelo magistrado, através da tarefa “Analisar sentença – ED”, deve-se fazer o registro do resultado do julgamento, selecionando um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados);
- b) observe a secretaria a específica solução dada aos incidentes processuais, conforme o resultado da apreciação judicial (Acolhidos/Não acolhidos/Acolhidos em parte os Embargos de declaração; Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte);
- c) dê a secretaria a específica solução aos incidentes processuais do tipo “antecipação de tutela”, listados no item 3.6 e Anexo 01 deste relatório;
- d) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos de declaração opostos no processo n. 0013900-17.1997.5.04.0811;
- e) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da Impugnação à sentença de liquidação oposta no processo n. 0078000-58.2009.5.04.0811;
- f) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução opostos no processo n. 0001181-41.2013.5.04.0811;
- g) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à arrematação apresentados no processo n. 0127700-71.2007.5.04.0811;
- h) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da exceção de pré-executividade apresentada pela reclamada no processo n. 0049600-10.2004.5.04.0811.

ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se, ainda, que sejam registradas no sistema informatizado as dilações de prazo deferidas.



ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue o correto lançamento da numeração (canto inferior direito) quando formados autos provisórios, conforme dispõe o artigo 66 da CPCR;
- b) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, especificando sempre a presença de documentos apresentados em conjunto com as petições protocoladas, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- c) ao realizar carga dos autos às partes ou aos peritos, atente para a necessidade do preenchimento integral das informações consideradas imprescindíveis de acordo com as disposições do artigo 53 da CPCR;
- d) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCR;
- e) realize a certificação do vencimento, bem como o impulso processual subsequente, logo após o transcurso dos prazos processuais;
- f) como forma de evitar a situação identificada no processo nº **0000267-74.2013.5.04.0811**, cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne à expedição de precatório.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 833 processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:

- a) archive processos como o de n. **0000380-96.2011.5.04.0811**, dentre outros;
- b) devolva Cartas Precatórias, atualize seus registros ou dê andamento às devolvidas como na de n. **0000339-90.2015.5.04.0811**, dentre outras;
- c) registre, em andamentos que possam ser consultados pelas partes, a situação dos processos n. **0001130-30.2013.5.04.0811** e **0145200-39.1996.5.04.0811**, entre outros.



14.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes Bárbara Fagundes, Eliane Covolo Melgarejo, Felipe Lopes Soares profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias da data da correição, listadas ao final deste relatório, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão.

Os Juízes Eliane Covolo Melgarejo e Felipe Lopes Soares deverão informar a essa Vice-Corregedoria, em dez dias, **caso permaneçam pendências quando do recebimento deste relatório**, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação.

A Juíza Bárbara Fagundes, deverá proferir sentença no processo n. **0020608-53.2015.5.04.0811** (única pendência na data da publicação deste relatório) até 19.12.2016.

Na data da publicação deste relatório, não remanescem pendências apontadas no item 6.9, em relação à Juíza Marcele Cruz Lanot Antoniazzi. Nada a determinar, portanto.

O cumprimento das determinações será acompanhado pela Secretaria desta Vice-Corregedoria.

15 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA / JUDICIÁRIA

Solicita-se à SETIC a retirada das pendências do acervo da 1ª Vara do Trabalho de Bagé, relativamente aos processos que foram redistribuídos ao Posto de Dom Pedrito.

16 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

Os Juízes Bárbara Fagundes, Eliane Covolo Melgarejo e Felipe Lopes Soares deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

17 PRESENÇAS



Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Substituta Marcelle Cruz Lanot Antoniazzi, com a Diretora de Secretaria Lucia Helena Saliba e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Bagé, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceu o Advogado Marcelo Godinho Marinho, Presidente da OAB, Subseção Bagé.

18 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Substituta Cruz Lanot Antoniazzi, pela Diretora de Secretaria Lucia Helena Saliba e pelos servidores da Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional



ANEXO 01

LISTAGEM DE PROCESSOS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PENDENTE DE SOLUÇÃO

0001180-22.2014.5.04.0811
0020022-79.2016.5.04.0811
0020055-69.2016.5.04.0811
0020058-24.2016.5.04.0811
0020059-09.2016.5.04.0811
0020073-90.2016.5.04.0811
0020078-15.2016.5.04.0811
0020084-22.2016.5.04.0811
0020124-38.2015.5.04.0811
0020127-56.2016.5.04.0811
0020146-96.2015.5.04.0811
0020149-51.2015.5.04.0811
0020160-80.2015.5.04.0811
0020161-65.2015.5.04.0811
0020168-57.2015.5.04.0811
0020210-09.2015.5.04.0811
0020213-61.2015.5.04.0811
0020272-49.2015.5.04.0811
0020313-16.2015.5.04.0811
0020314-98.2015.5.04.0811
0020316-68.2015.5.04.0811
0020317-53.2015.5.04.0811
0020319-23.2015.5.04.0811
0020326-15.2015.5.04.0811
0020345-21.2015.5.04.0811
0020363-42.2015.5.04.0811
0020430-07.2015.5.04.0811
0020467-34.2015.5.04.0811
0020468-19.2015.5.04.0811
0020469-04.2015.5.04.0811
0020496-84.2015.5.04.0811
0020534-96.2015.5.04.0811
0020595-54.2015.5.04.0811
0020601-61.2015.5.04.0811
0020830-21.2015.5.04.0811
0020840-65.2015.5.04.0811



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020870-03.2015.5.04.0811

0000235-98.2015.5.04.0811



ANEXO 02

LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):

Juíza Bárbara Fagundes – Processos de Cognição (7 processos)

0000320-84.2015.5.04.0811
0000340-75.2015.5.04.0811
0020021-31.2015.5.04.0811
0020292-40.2015.5.04.0811
0020072-39.2015.5.04.0812
0020095-85.2015.5.04.0811
0020608-53.2015.5.04.0811

Juíza Bárbara Fagundes - Impugnações à sentença de liquidação (1 processo)

0086000-62.2000.5.04.0811

Juíza Eliane Covolo Melgarejo – Processos de Cognição (56 processos)

0000652-85.2014.5.04.0811
0020168-23.2016.5.04.0811
0020438-81.2015.5.04.0811
0020339-14.2015.5.04.0811
0020049-96.2015.5.04.0811
0020185-93.2015.5.04.0811
0020311-46.2015.5.04.0811
0020307-09.2015.5.04.0811
0020312-31.2015.5.04.0811
0020130-45.2015.5.04.0811
0020546-13.2015.5.04.0811
0020283-78.2015.5.04.0811
0020416-23.2015.5.04.0811
0020445-73.2015.5.04.0811
0020306-24.2015.5.04.0811
0020367-79.2015.5.04.0811
0020413-68.2015.5.04.0811
0020387-70.2015.5.04.0811
0020383-33.2015.5.04.0811
0020418-90.2015.5.04.0811
0020402-39.2015.5.04.0811
0020397-17.2015.5.04.0811
0020395-47.2015.5.04.0811
0020052-17.2016.5.04.0811
0020460-42.2015.5.04.0811



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020328-82.2015.5.04.0811
0020230-97.2015.5.04.0811
0020326-78.2016.5.04.0811
0020060-91.2016.5.04.0811
0020337-44.2015.5.04.0811
0020158-76.2016.5.04.0811
0020451-80.2015.5.04.0811
0020237-89.2015.5.04.0811
0020223-08.2015.5.04.0811
0020232-67.2015.5.04.0811
0020194-21.2016.5.04.0811
0020487-25.2015.5.04.0811
0020480-33.2015.5.04.0811
0020353-95.2015.5.04.0811
0020455-20.2015.5.04.0811
0020229-15.2015.5.04.0811
0020290-70.2015.5.04.0811
0020240-44.2015.5.04.0811
0020532-29.2015.5.04.0811
0020513-23.2015.5.04.0811
0020838-95.2015.5.04.0811
0020257-46.2016.5.04.0811
0020277-71.2015.5.04.0811
0020324-11.2016.5.04.0811
0020717-67.2015.5.04.0811
0020544-43.2015.5.04.0811
0020523-67.2015.5.04.0811
0020228-30.2015.5.04.0811
0020830-21.2015.5.04.0811
0020877-92.2015.5.04.0811
0020737-58.2015.5.04.0811

Juiz Felipe Lopes Soares – Processos de Cognição (48 processos)

0001225-26.2014.5.04.0811
0000037-61.2015.5.04.0811
0000090-42.2015.5.04.0811
0000257-59.2015.5.04.0811
0000103-41.2015.5.04.0811
0020430-07.2015.5.04.0811
0020401-54.2015.5.04.0811



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020350-43.2015.5.04.0811
0020008-32.2015.5.04.0811
0020105-32.2015.5.04.0811
0020212-76.2015.5.04.0811
0020209-24.2015.5.04.0811
0020355-65.2015.5.04.0811
0020285-48.2015.5.04.0811
0020210-09.2015.5.04.0811
0020000-55.2015.5.04.0811
0020239-59.2015.5.04.0811
0020201-47.2015.5.04.0811
0020374-71.2015.5.04.0811
0020434-44.2015.5.04.0811
0020203-17.2015.5.04.0811
0020352-13.2015.5.04.0811
0020369-49.2015.5.04.0811
0020343-51.2015.5.04.0811
0020207-54.2015.5.04.0811
0020801-68.2015.5.04.0811
0020785-17.2015.5.04.0811
0020391-10.2015.5.04.0811
0020270-79.2015.5.04.0811
0020156-43.2015.5.04.0811
0020345-21.2015.5.04.0811
0020326-15.2015.5.04.0811
0020016-72.2016.5.04.0811
0020020-46.2015.5.04.0811
0020017-57.2016.5.04.0811
0020027-04.2016.5.04.0811
0020800-83.2015.5.04.0811
0020279-41.2015.5.04.0811
0020123-53.2015.5.04.0811
0020127-90.2015.5.04.0811
0020190-18.2015.5.04.0811
0020194-55.2015.5.04.0811
0020198-92.2015.5.04.0811
0020218-83.2015.5.04.0811
0020058-58.2015.5.04.0811
0020185-59.2016.5.04.0811
0020231-48.2016.5.04.0811



0020139-07.2015.5.04.0811

Juiz Marcele Cruz Lanot Antoniazzi – Processos de Cognição (13 processos)

0000234-50.2014.5.04.0811

0000256-74.2015.5.04.0811

0000811-28.2014.5.04.0811

0000186-57.2015.5.04.0811

0020853-64.2015.5.04.0811

0020856-19.2015.5.04.0811

0020368-64.2015.5.04.0811

0020108-84.2015.5.04.0811

0020624-07.2015.5.04.0811

0020338-29.2015.5.04.0811

0020053-02.2016.5.04.0811

0020289-85.2015.5.04.0811

0020435-29.2015.5.04.0811